

# O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E AS NOVAS ARTICULAÇÕES CIDADE – URBANO – REGIÃO<sup>1</sup>

PEREIRA JÚNIOR, Edilson<sup>2</sup>  
UECE/UNESP

## 1- Introdução

O Brasil passou por importantes transições sócio-econômicas, com profundas implicações sobre o território, resultando numa dinâmica de fluidez, em que os laços de integração demonstram como os novos sistemas de técnicas cada vez mais exercem um papel de combinação com os lugares. A opção por um desenvolvimento subordinado à penetração internacional, a partir da década de 1990, expôs fortemente a estrutura produtiva industrial brasileira à concorrência externa, transferindo para a economia nacional os riscos e as incertezas comuns ao mercado mundial. Essa abertura comercial e financeira submeteu a indústria brasileira a um nível crescente de competição com empresas internacionais, reduzindo suas margens de lucro e implicando a diversos segmentos da produção industrial uma significativa redução nos níveis de emprego (PIQUET, 2002).

Como resultado, configurou-se um novo mapa locacional da indústria no Brasil, marcado pela redistribuição das unidades de produção, tradicionalmente concentradas na região Sudeste, sobretudo no Estado de São Paulo, em direção a outras regiões do país, a exemplo do Nordeste, onde a instalação de pólos de indústrias de bens de consumo não-durável foi realizada sem, no entanto, comprometer a centralidade de gestão do Centro-Sul do País, em especial a metrópole paulistana (SPOSITO, 2006; MOREIRA, 2004; LENCIONI, 2003; DINIZ, 2000).

A nova organização do espaço industrial no Brasil se apresenta como manifestação bem definida dessa expansão capitalista pelo território. Viabilizados pelos capitais privados nacionais e multinacionais, que contam muitas vezes com o suporte do Estado, através de financiamentos diversos, novas regiões anteriormente desprovidas de infra-estrutura acabam se inserindo numa renovada ciranda de produção, circulação e consumo de riquezas, afetando a economia e a sociedade, cada vez mais abertas às imposições da racionalidade produtiva moderna.

A chegada desses investimentos não se dá sem redefinir importantes elementos na organização socioespacial, o que acaba implicando numa recente divisão territorial do trabalho. Tal mudança locacional estaria ocorrendo, contudo, apenas nas indústrias que utilizam tecnologias convencionais e empregam grandes quantidades de força de trabalho, ficando os setores que realizam um maior esforço de inovação tecnológica permanecendo nos centros mais tradicionais (PIQUET, op. cit.).

Mesmo assim, são transformações que promovem profundos impactos sobre o território, instaurando novos vetores de expansão econômica e urbana, todos voltados para o desenvolvimento de um padrão moderno, a implicar numa forte mudança do processo produtivo e das relações de trabalho nos lugares que passam a receber os mais recentes investimentos industriais.

É nesse contexto que buscamos entender a realidade que se consubstancia no Estado do Ceará. Nas últimas décadas, expressivas mudanças de caráter econômico e socioespacial foram responsáveis por transformar o Estado num dos mais importantes centros de expansão produtiva e de aumento do emprego industrial no Brasil, garantindo uma posição privilegiada no mais recente modelo de industrialização desenvolvido no País, no qual as mudanças técnicas e produtivas vêm provocando alterações importantes na divisão social do trabalho e na organização do território.

<sup>1</sup> Resumo expandido inscrito no eixo Dinâmica Urbana, enfocando os temas “Metropolização, reestruturação urbana e transporte” e “Processo de urbanização da sociedade e novas espacialidades”.

<sup>2</sup> Professor da Universidade Estadual do Ceará - UECE, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP Presidente Prudente e bolsista FUNCAP.

O número de empresas que procurou se instalar no Estado aumentou consideravelmente a partir da década de 1990 e isto está associado à forte política de benefícios e facilidades tributárias, além de uma oferta de força de trabalho a um custo bem mais rentável para os investidores do setor, se comparado a outros Estados do Sul e Sudeste do Brasil.

Desse modo, ao reagir de maneira eficaz diante da gradativa falência dos programas regionais de apoio à industrialização, o Governo do Estado do Ceará atraiu investimentos industriais externos, desenvolvendo estratégias de financiamento e de benefícios fiscais que persuadiram alguns grupos empresariais já consolidados nacionalmente a abrirem (ou transferirem) grandes fábricas no território cearense<sup>3</sup>. Além disso, projetos de expressiva dimensão foram desenhados no intuito de aparelhar a infra-estrutura<sup>4</sup> e reestruturar a natureza da produção industrial.

Mas como a produção industrial moderna e o seu corolário, a intensificação dos fluxos e da dinâmica urbana, atingem as cidades de diferentes tamanhos no Ceará? Como articular industrialização, cidade, urbanização e novo arranjo espacial urbano, com base na materialização de investimentos industriais em centros de diferentes dimensões e funcionalidades? Este trabalho pretende introduzir um debate sobre tais questões. Através da investigação do modelo de industrialização supracitado, serão abordados os principais elementos que apontam para uma reestruturação nas formas e nas funções urbanas, em especial a partir da análise de uma realidade metropolitana, com destaque para a Região Metropolitana de Fortaleza e o estudo de uma realidade regional de cidade média, onde será priorizado Sobral e sua área de influência.

## **2- Cidade e região no contexto do novo processo de industrialização**

Dentre as áreas que apresentam crescimento na atividade industrial no Ceará, algumas aparecem imediatamente como destaque, revelando intenso dinamismo a partir de novos investimentos materializados pela instalação de indústrias de ramos tradicionais, geralmente empresas de calçados, têxteis, de alimentos e embalagens, que implicam numa importante alteração nos ritmos da economia urbana de alguns municípios.

A transformação vai inserir algumas cidades no circuito da produção industrial moderna, no qual a montagem de uma estrutura de equipamentos que garantam a fluidez da distribuição e consumo capitalista vai apontar para a mudança da infra-estrutura estadual, cada vez mais interessada em consolidar o desenvolvimento da produção competitiva, voltada para o mercado nacional e internacional.

Os elementos que vão consolidar a reestruturação produtiva e territorial no Ceará estão diretamente ligados à política econômica implementada pelo Governo do Estado, que, primando pela atração de investimentos e montando as bases para a produção e circulação industrial, tem como principal objetivo criar mecanismos para que as empresas instaladas possam competir no mercado mundializado.

Com base na dinâmica supracitada, selecionamos duas realidades urbano regionais distintas no território cearense, quais sejam, Sobral e sua área de entorno e a Região Metropolitana de Fortaleza (ver figura 1), porquanto refletem de maneira explícita as mudanças engendradas pelo novo quadro industrial. Enfatizamos o papel assumido pela reestruturação urbana nessas áreas, que vêm sofrendo expressivo grau de transformação econômica e territorial a determinar mudanças substanciais reveladas pela maior intensidade dos movimentos, pela expansão dos estabelecimentos modernos, pelo aumento do consumo, pela difusão dos serviços, pelo acirramento do trabalho assalariado, pela intensificação das trocas e por todas as demais transformações que, em última instância, acarretam profundos impactos na vida social. O crescimento urbano passa então a vincular-se aos novos fluxos

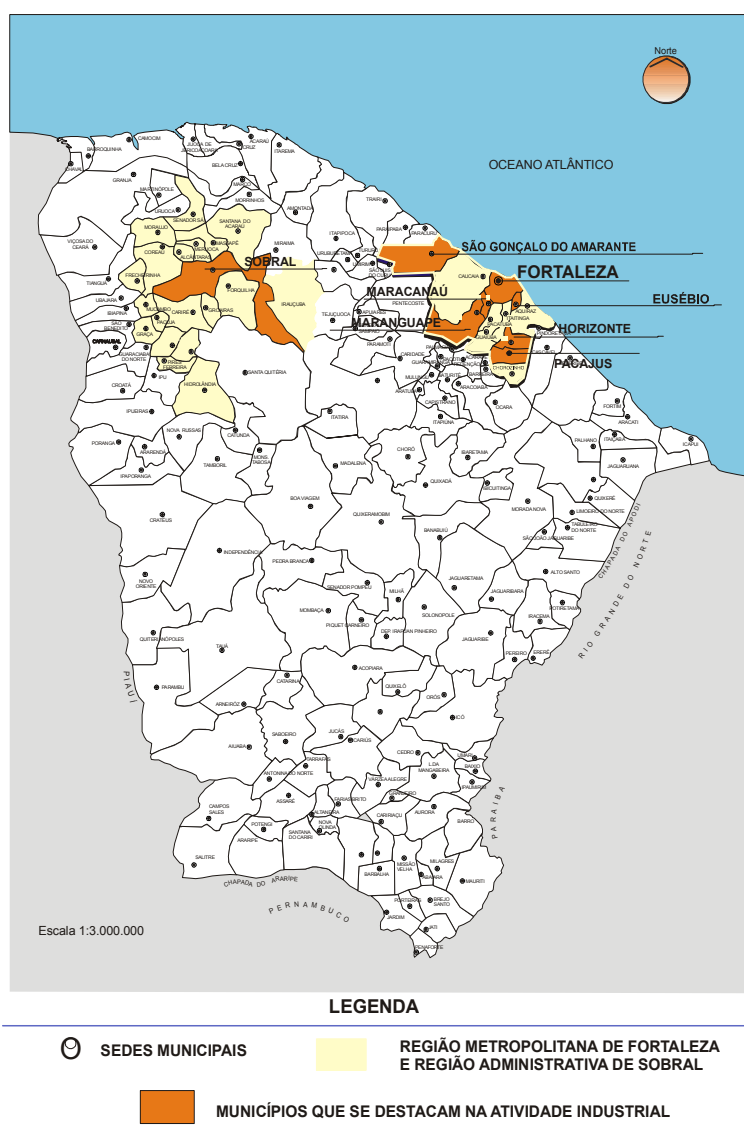
<sup>3</sup> É o caso dos Grupos Vicunha, Grendene e Dakota.

<sup>4</sup> Podemos usar como exemplo a construção do novo aeroporto Pinto Martins e a montagem do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

criados pela indústria, na qual a expansão acelerada da malha urbana, o dinamismo dos movimentos e a intensificação dos contrastes entre a riqueza e a pobreza são os que mais se evidenciam.

Desse modo, ao mesmo tempo em que vêm suas dimensões apressadamente alargadas, tais cidades se tornam palco tanto da inserção competitiva dos mecanismos de mercado, como das lutas e contradições erguidas a partir da intensificação da concorrência capitalista. A atividade industrial e, de maneira geral, os sistemas e os serviços de consumo que dela resultam são instrumentos de ampla reestruturação organizacional da economia, de modo que as diferentes funções dessas cidades (controle, articulação etc.) assumem também importante papel nas hierarquias urbanas, além de atraírem grandes interesses devido a seu potencial de redefinir a geração de emprego e renda e de desenvolver novos serviços com amplos horizontes de mercado.

**Figura 1: Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e Região Administrativa de Sobral no Contexto do Ceará: Municípios de Destaque na Atividade Industrial**



Simultaneamente, os novos papéis dos agentes econômicos dão mais liberdade aos interesses corporativos, que passam a influenciar de qualquer forma e num alto grau de complexidade os territórios, e os espaços urbanos cearenses em pauta se tornam o *locus* da realização desse excedente, tornado possível através de um novo jogo de articulações entre o território, a cidade e a região. Como resultado, acompanhamos a maior liberalização e integração das cidades num plano de integração ao

capital, representado pela seleção/exclusão dos espaços urbanos convenientes à reprodução ampliada da rentabilidade. A análise procurará entender o quadro considerando os rumos assumidos pela industrialização e a urbanização em Fortaleza e em Sobral. O objetivo principal é perceber como vem se desenhando os rearranjos espaciais e os novos fluxos dentro do contexto das recentes funcionalidades da realidade urbana cearense.

### **3- Formação, consolidação e organização recente do espaço industrial na Região Metropolitana de Fortaleza**

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi criada oficialmente através da Lei Complementar Federal número 14, de junho de 1973, que definiu também outras sete regiões metropolitanas (GOUVÊA, 2005). Quando surgiu era composta por cinco municípios, sendo que alguns se desmembraram, de tal modo que em 1998 já dispunha de nove, eram eles: Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Maracanaú, Aquiraz, Eusébio, Pacatuba, Itaitinga e Guaiúba. Em 1999, a partir da Lei Estadual 12.989, de 29 de dezembro, foram agregados os municípios de Horizonte, Pacajus, Chorozinho e São Gonçalo do Amarante.

O crescimento da cidade de Fortaleza e sua posição como maior centro polarizador do Estado se deu em meados do século XIX, em função, sobretudo, do progresso da agricultura comercial, particularmente a partir do plantio do algodão no sertão semi-árido e nas serras úmidas. A cidade, por sua localização estratégica e sua disposição junto ao litoral, entre outros, tornou-se o centro de recepção e escoamento da produção algodoeira cearense, situação que influenciou no arranjo territorial das vias e dos fluxos em todo o Estado.

Depois de algumas disputas políticas e comerciais com outros centros, a exemplo de Aracati no litoral leste, no período de 1880 a 1926, Fortaleza intensificou definitivamente sua ação sobre o interior, com a expansão da rede ferroviária que atingiu os lugares mais distantes, ampliando o controle da capital sobre a região Norte, o Sertão Central, o vale do Rio Jaguaribe e a região do Cariri, ao sul do Estado.

Ao longo do século XX, a capital tratou de solidificar tal centralidade, monopolizando não só o controle político-administrativo, mas as atividades de produção, dos serviços, da oferta cultural e a forte concentração demográfica. Nas palavras de Silva (2000), tornou-se um exemplo acabado do fenômeno de macrocefalia urbana, no qual se efetivou um crescimento desmesurado da capital em detrimento das cidades do interior.

Também foi do algodão a iniciativa para o dinamismo industrial cearense em fins do século XIX. Até então a indústria local processava-se de maneira modesta, como resultado de poucos recursos financeiros oriundos de atividades como o extrativismo vegetal e a pecuária extensiva. Apesar de não implementar grandes alterações no âmbito da organização produtiva e tecnológica, o desenvolvimento da atividade algodoeira canalizava recursos para uma maior diversificação da produção fabril, haja vista o crescimento de ramos como o têxtil e o de óleos vegetais. Naturalmente, tais fábricas se localizavam na mais importante cidade coletora e distribuidora da produção algodoeira, isto é Fortaleza, implicando no crescimento industrial a partir da iniciativa de grupos familiares. Era uma indústria que se constituía como prolongamento da agricultura do algodão, não apresentando maior expressão no total das riquezas geradas pelo Ceará, que continuava fortemente dependente da pecuária extensiva, da agricultura de subsistência e da produção algodoeira voltada para o mercado externo.

No contexto espacial, tais fábricas foram se localizando na porção oeste da cidade de Fortaleza, em especial ao longo da Avenida Francisco Sá, importante eixo de ligação ao Centro da cidade. Neste corredor, várias fábricas foram instaladas sem nenhuma organização territorial planejada, da mesma forma como o sistema produtivo vigente não favoreceu maior relação entre as unidades produtivas ali concentradas. Predominava a presença de um número cada vez maior de fábricas

têxteis, de confecções e de beneficiamento de óleos vegetais que aproveitavam a maior disponibilidade de terrenos baratos e um fácil escoamento da produção.

O incremento industrial pós-1960, com fortes incentivos da política regional da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, dinamizou o quadro. Além de estabelecer relações com outros Estados do Brasil, a indústria sofreu importante avanço e aperfeiçoou o seu sistema produtivo, ampliando a produção e a contratação de mais força de trabalho, atingindo fortemente os fluxos e a circulação de riquezas na cidade e na região. Tal dinamismo também resultou numa redefinição da fisionomia do que viria ser a Região Metropolitana de Fortaleza, com a cidade-motriz ampliando o seu raio de influência e comandando mais diretamente os municípios em sua volta.

No entanto, esta influência incorria em limitações, porquanto os graus de relação não se constituíam expressivamente com as sedes municipais vizinhas, núcleos modestos, de forte conotação rural e que apenas dependiam dos serviços da capital. Este foi o momento de saturação da tradicional zona industrial de Fortaleza, que se estendia para o oeste, da Avenida Francisco Sá até a Bezerra de Menezes, com forte concentração de fábricas tradicionais e grande congestionamento oriundo do movimento de trabalhadores e de produtos diversos, entre eles as matérias-primas usadas na produção e as mercadorias produzidas pelas fábricas locais.

Com a planificação resultante do projeto SUDENE, deu-se a proposição de um “Distrito Industrial” para Fortaleza, nos moldes do planejamento territorial e econômico vigentes no período. Foi selecionada uma área do então distrito de Maracanaú, pertencente ao vizinho município de Maranguape, na porção sudoeste da capital, onde seriam reservados vários hectares para a instalação de fábricas industriais atraídas por incentivos federais, interligadas por vias de acesso ao Porto do Mucuripe<sup>5</sup> e às outras rodovias importantes, como a BR-116. O projeto começou a ser implementado na década de 1960, mas somente em fins dos anos de 1980 se consolidou, em razão de uma série de problemas de diversas ordens, principalmente devido à carência de infra-estrutura, à ausência de uma logística eficiente de transporte e ao precário abastecimento d’água (AMORA, 1979).

Entretanto, quando instalado, o aglomerado industrial dinamizou sobremaneira não só a economia e os fluxos da porção sudoeste da RMF, mas o quadro metropolitano como um todo e, por consequência, todo o Estado, que viu mais ainda seus objetos técnicos e suas ações de comando político e econômico se concentrar no anel metropolitano. Para Amora (1999), tais transformações, que obviamente se deram em conjunto com outras alterações no quadro socioespacial<sup>6</sup>, propiciou um verdadeiro sentido à área metropolitana criada institucionalmente na década de 1970.

Na medida em que evidenciou uma forte gama de relações com os municípios vizinhos, cujo arranjo espacial passou a se organizar de forma hierarquizada, a Região Metropolitana de Fortaleza tornou-se cada vez mais um centro difusor de inovações, transformando o território institucionalmente conhecido como metropolitano numa unidade de funcionamento real. Neste sentido, na montagem do arranjo espacial fortalezense, no início da década de 1990, juntamente à industrialização, somou-se o processo de metropolização, o qual compreendeu não somente uma periferação da cidade, mas, sobretudo, a incorporação de outros núcleos urbanos sob o comando da capital. Confirmou-se, na RMF, o jogo de forças econômicas, políticas, sociais e culturais que consolidaram o domínio da cidade-motriz sobre os municípios do seu entorno, ampliando para um espaço mais densamente urbanizado todo um conjunto de novos objetos e novos fluxos.

Assim, a despeito do recorte regional indevidamente denominado de metropolitano no início dos anos de 1970, onde a configuração espacial urbana se dava com raras manchas de ocupação, excetuando os núcleos tradicionais, o Distrito Industrial de Fortaleza promoveu grandes alterações no

<sup>5</sup> Localizado na cidade de Fortaleza, na Ponta do Mucuripe, este era até então o Porto mais importante do Estado, por onde toda a produção industrial era escoada.

<sup>6</sup> Já nos anos de 1970 e 1980, foram construídos grandes conjuntos habitacionais na porção oeste e sudoeste de Fortaleza, na fronteira com os municípios de Caucaia e Maracanaú, direcionando o crescimento metropolitano, cada vez mais adensado neste trecho da Região Metropolitana.

quadro socioespacial. Resultou disso um arranjo metropolitano com linhas rodoviárias e ferroviárias direcionando a expansão urbana, além de vastos trechos do território ocupados com a construção de fábricas e de grandes conjuntos habitacionais, sobretudo na divisa de Fortaleza com alguns municípios próximos, a exemplo de Maracanaú e Caucaia.

É dentro deste contexto que a dinâmica econômica proporcionada pela nova fase de industrialização subsidiada no Ceará redefine a produção espacial metropolitana. No âmbito econômico algumas mudanças acontecem, tornando mais complexo o quadro de ocupação nos últimos anos. Da mesma forma, ampliam-se as redes de relações da metrópole com outras parcelas do território, fenômeno reproduzido também na escala do Estado e da região, onde os municípios estabelecem intensa articulação urbana.

Até o início dos anos de 1990, a Região Metropolitana de Fortaleza preservava a mesma estrutura industrial montada pelos programas de incentivo da SUDENE, na qual se destacava a presença de investimentos locais, em ramos ditos tradicionais, com predominância dos segmentos têxtil, de alimentos, de confecções e de embalagens. Referida estrutura, entretanto, sofreu importante transformação nos últimos anos, em especial a partir de 1995, quando a dinamização econômica dos ramos supracitados elevou a estrutura produtiva local a uma condição de forte participação nacional e internacional.

Somado ao maior volume de investimentos de empresas com capital cearense, que implicou numa maior influência do produto local fora do Estado, deu-se a chegada de indústrias com efetiva participação no mercado nacional e estrangeiro, responsáveis por instalarem suas fábricas na capital ou em municípios da região metropolitana, respondendo aos programas de incentivo à industrialização promovida pelo governo estadual. Desse modo, além do maior desenvolvimento e participação dos segmentos industriais têxteis, de confecção e de alimentos na acumulação da riqueza regional e estadual, outros ramos começam a ganhar importância, como é o caso do calçadista e do metal-mecânico, influenciando sobremaneira o crescimento da acumulação local.

Isso implica em duas perspectivas a serem salientadas: uma delas é o papel que a RMF desempenha frente ao Estado do Ceará, historicamente hegemônico no que tange ao controle econômico e político, e que depara com novos programas e/ou políticas de descentralização da produção industrial, patrocinados pelo Governo Estadual. A outra é a transformação interna da RMF, que ganha maior articulação e cria vetores de expansão econômica e urbana, com maior ou menor participação do Estado na escolha das áreas selecionadas para a instalação dos investimentos industriais.

No âmbito estadual, a posição da RMF, tradicionalmente hegemônica e controladora da articulação urbano-regional, se mantém forte, com índices que se apresentam entre os mais concentrados do país (REGIC, 2007). Este destaque não se dá apenas nas atividades político-administrativas, mas, sobretudo, pela forte concentração econômica, demográfica, de capital e das atividades socioculturais e turísticas. A capital e sua área direta de influência é o grande núcleo concentrador e comercializador da produção estadual, na medida em que sedia as empresas comerciais e de serviços mais avançados, e também é o maior distribuidor dos produtos oriundos dos mercados extra-regionais, nacionais e internacionais, fornecendo mercadorias para os municípios do Ceará, mas também para os Estados do Rio Grande do Norte, Maranhão e Piauí.

No âmbito industrial, orientado pelo crescimento concentrado dessa atividade econômica, muito influenciada pelo papel das economias de aglomeração, o Ceará só intensificou a tradicional tendência à aglomeração metropolitana das fábricas e da acumulação de riquezas. Assim, a política de industrialização subsidiada do Governo das Mudanças ressaltou a notoriedade metropolitana como locus de densidade técnica e operacional para a materialização dos investimentos. O resultado foi a ampliação da centralidade industrial metropolitana face ao Estado, como podemos observar a partir das duas variáveis selecionadas na tabela 1.

Com base nos indicadores para *estabelecimentos industriais* e para arrecadação de *Imposto sobre Produto Industrializado (IPI)*, que apontam para alocação e porte dos investimentos na

indústria, é possível perceber que já no começo da presente década os níveis de concentração eram elevados. Com a dinamização da atividade industrial via subsídios fiscais, os percentuais que indicam a presença da indústria na RMF se intensificam, confirmando a tendência concentradora. No caso da arrecadação de IPI, que aponta para os investimentos mais expressivos da produção industrial, com maior capacidade produtiva e de comercialização das empresas, os níveis de concentração chegam a ser exacerbados, praticamente monopolizando a quantidade arrecadada em todo o Estado.

**Tabela 1: Estabelecimentos industriais e Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) no Ceará: % concentrado na RMF e nos demais municípios**

Porções do Estado	Estabelecimentos Industriais		Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) Arrecadado	
	2001	2006	2000	2006
RMF	58,2%	62,5%	93,7%	93,9%
Demais municípios do Estado	41,8%	37,5%	6,3%	6,1%

Fonte: IPECE.

Quanto à dinâmica socioespacial produzida dentre da Região Metropolitana de Fortaleza, os novos destaques da industrialização vêm sendo os municípios de Maracanaú, Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante, que conciliam os benefícios de uma maior renúncia fiscal com todas as vantagens de uma área sob influência da metrópole, a se saber: uma maior facilidade na contratação de funcionários qualificados (disponíveis para a realização de um fluxo pendular); a proximidade de empresas que realizam serviços mais especializados; a redução, devido à distância, dos custos com transportes e um rápido escoamento aeroportuário (CAMAGNI, 2005).

Assim, a implantação de uma cadeia de novas relações possibilita aos municípios um maior agrupamento espacial das atividades, na qual a indústria se coloca como mecanismo bem mais influente para a atual dinâmica de organização do território. Entre os gêneros mais expressivos da produção industrial estão os de calçados, de embalagens, têxtil e de artigos de confecção, com mais de uma dezena de empresas que chegam a concentrar entre dois e seis mil funcionários, a exemplo da Vulcabras do Brasil, localizada em Horizonte e da Vicunha Têxtil, com unidades em Fortaleza, Maracanaú e Pacajus.

No que diz respeito ao Distrito Industrial de Maracanaú, já comentado, o dinamismo dos investimentos se adaptou à nova política industrial cearense, com o município acolhendo novas inversões atraídas por incentivos fiscais e pela oferta de infra-estrutura, disponibilizada pela prefeitura local para dar continuidade ao aumento dos estabelecimentos. Maracanaú, nesse sentido, conseguiu resistir à falência do modelo SUDENE, se adaptando bem ao novo programa de industrialização e oferecendo as externalidades necessárias para a ampliação do parque industrial. Como resultado, vem concentrando cada vez mais indústrias de grande porte, representando investimentos que estão bem acima da média estadual. Predominam os ramos têxtil (20%), químico (12,86%), metalúrgico (11,43%), alimentar (10%) e vestuário/calçadista (7,14%), que oferecem ao Produto Interno Bruto (PIB) do município uma arrecadação mensal de 675,3 milhões de reais, ou seja, a segunda maior arrecadação de ICMS do Estado. Também é possível perceber que o processo acarreta um impacto positivo no setor de comércio e serviços, o qual viu sua participação na arrecadação do PIB entre 1994 e 2005 passar de 8,4% para 20,8%. Não é à toa que se apresenta como o terceiro município no Ceará a concentrar mais estabelecimentos atacadistas, com destaque para a sede da Central de Abastecimento do Ceará S.A. (CEASA), instalada em 1972. Assim as 514 empresas atualmente em funcionamento no município se distribuem principalmente em três zonas, chamadas de Distrito Industrial I, III e 2000, sendo esta última, a área escolhida para concentração

das fábricas de maior porte. Também estão previstas as instalações de mais 51 empresas, todas elas a serem distribuídas pelo território dos três distritos.

Outro destaque é o corredor Horizonte-Pacajus, importante eixo de instalação industrial localizado ao sul de Fortaleza, onde o papel da rodovia BR-116, a localização estratégica junto à capital e uma maior articulação das lideranças locais com o Governo Estadual, garantiram a consolidação de médios e grandes investimentos com capital oriundo de outros Estados brasileiros. Sem um planejamento antecipado de localização das unidades produtivas, as fábricas acabaram sendo construídas ao longo da rodovia supracitada, principalmente em função das facilidades de fluxos, determinantes para o tipo de empreendimento instalado no local, onde predominam indústrias têxteis, de embalagens e de calçados, a maioria delas interessada em negociar o produto para a região Sudeste e para outros Estados nordestinos. O porte das empresas e a necessidade de contratação de um maior número de trabalhadores, também contribuíram para a escolha locacional do tipo “eixo” (SPOSITO, 2005). Em pelo menos cinco empresas instaladas desde 1995, o número de funcionários contratados ultrapassou os dois mil, sendo que em uma delas em especial, a fábrica de calçados Vulcabras do Nordeste S/A, os contratados variaram entre seis e oito mil ao longo do ano. Naturalmente, a imposição dos ritmos industriais e injeção de mais capital na economia das pequenas cidades implicaram em dinamização econômica e urbana, com o comércio e os serviços locais passando por intenso crescimento. Os fluxos de pessoas e produtos também se aceleraram e, além do maior movimento intra-urbano, a articulação de Fortaleza com mais este trecho metropolitano passou a ser efetiva. O caso de Horizonte-Pacajus, nesse sentido, vem confirmar o processo iniciado com a instalação do 1º Distrito Industrial em Maracanaú, acentuando a incorporação de outros núcleos urbanos ao comando central da metrópole.

Em São Gonçalo do Amarante, a maior expressão é a do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que abrange, além da área portuária, uma infra-estrutura adjacente com acesso ao transporte ferroviário e rodoviário, construída com elevados recursos do Governo Estadual e do Governo Federal na tentativa de ali desenvolver um pólo petroquímico e metal-mecânico. Por enquanto, a infra-estrutura montada encontra-se praticamente ociosa, mesmo com uma maior circulação de navios de grande porte, responsáveis pela importação de ferro fundido e a exportação de frutas, calçados, flores e outras *commodities* agrícolas, como a soja produzida em outros Estados. Ora, se os gastos com a logística portuária e de transporte de mercadorias foram pensados para uma produção petroquímica e metal-mecânica de alto padrão, o fato de atualmente o complexo estar voltado para a exportação de frutas e calçados parece apresentar um descompasso com o planejamento inicial. Em alguns casos, inclusive, a infra-estrutura vem sendo adaptada aos novos produtos em destaque, como a instalação de geradores e de redes elétricas de alta potência para atender a demanda das câmaras refrigeradas, típicas de uma logística voltada para o comércio de frutas e outros produtos perecíveis. Apesar disso, em 2008 alguns programas importantes anunciados desde o fim da década de 1990 foram incluídos na proposta orçamentária dos governos estadual e federal, sobretudo depois do anúncio por parte da Petrobrás da instalação de uma refinaria de porte médio, a dispor de investimentos da ordem de R\$ 8 bilhões. Outro projeto relevante, este já encaminhado e em fase de montagem da infra-estrutura, é o de uma usina siderúrgica projetada a partir da parceria entre a Vale do Rio Doce e a empresa sul-coreana Dongkuk Steel, cujo investimento total corresponde a pouco mais de dois bilhões de dólares.

Em síntese, os municípios supracitados têm a maior expressão industrial sobre a RMF e sobre o Estado do Ceará, uma vez que, no ano de 2005, chegaram a reunir 54,8% dos estabelecimentos industriais com vínculo empregatício, somaram 56,0% do Produto Interno Bruto (PIB), concentraram 54,7% do estoque de empregos formais na indústria e arrecadaram 73,7% do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) cearense. Sinalizam para o destaque dado há certas parcelas do espaço compatíveis aos fundamentos da expansão capitalista, que implementa a reestruturação produtiva na indústria, mas, em contrapartida, só o faz acirrando a divisão territorial do trabalho, responsável pelo agravamento do quadro de desigualdades intra-regional.



Nesses termos, entendemos que os novos lugares de expansão industrial impõem-se como manchas no traçado urbano contínuo ou descontínuo da metrópole, evidenciando que o processo industrial, afora incluir esses municípios no ambiente físico e funcional de Fortaleza, os inserem também na rede de interdependência da região metropolitana, garantindo ao sistema produtivo melhor operacionalidade.

O processo tende a acentuar a concentração das riquezas estaduais na área mencionada. Mesmo considerando o crescimento de alguns centros localizados no interior do Ceará, como é o caso de Sobral, Crato, Iguatu e Juazeiro do Norte, as últimas décadas revelam maior concentração da renda e da produção industrial na Região Metropolitana de Fortaleza, situação que aponta para uma maior intensificação em função do modelo de desenvolvimento econômico escolhido pelo Governo do Estado.

#### **4- A industrialização de Sobral no contexto do espaço urbano não-metropolitano do interior do Ceará**

A política econômica escolhida pelo Governo do Estado do Ceará parece não ter alcançado o objetivo inicial proposto de desconcentração da produção industrial pelo território. No geral, os dados só confirmam que a política de atração favoreceu a ampliação do setor industrial na região de forte tendência de macrocefalia urbana, intensificando as desigualdades econômicas entre esta e as outras regiões do Estado. A política de atração de inversões capitaneada pelo Governo já havia previsto a possibilidade de aumento da concentração industrial e econômica na RMF e, em virtude disso, por toda década de 1990, ofereceu maior isenção e mais facilidades para os investimentos interessados em se instalarem fora da área de influência direta da metrópole. Para isso, além do auxílio na montagem da infra-estrutura, o mecanismo mais importante foi o financiamento parcial do Imposto de Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS), que garantiu para as plantas localizadas na RMF empréstimo de 45% do ICMS recolhido mensalmente. Para as empresas interessadas em se instalarem fora da RMF, o empréstimo aumentava para 75% do ICMS, por um período de até 15 anos.

Desse modo, seria muito mais vantajoso para o empresariado industrial instalar novos investimentos fora da hinterlândia metropolitana no Ceará, principalmente se considerarmos que a maioria das empresas interessadas na realocação produtiva buscava, de fato, ganhos de competitividade associada à isenção tributária e à superexploração da força de trabalho, negociando sua produção para outros Estados do Nordeste e do Sudeste do País. Mesmo assim, se o objetivo era garantir desconcentração industrial a partir das vantagens supracitadas, o mecanismo foi pouco eficiente, comprovando que a disposição de deslocar unidades produtivas para regiões sem nenhuma tradição tem seus limites e que os fatores de localização da produção competitiva ainda respeitam determinados princípios de aglomeração, acessibilidade e interação espacial, como muito bem nos lembra Camagni (2005).

Essa tendência levou o Governo do Estado a oferecer maiores vantagens para aqueles empreendimentos que optassem instalarem-se em outros municípios do interior. Em 2003 foi elaborado um novo plano de desenvolvimento econômico e industrial, no qual ficaram estabelecidas novas regras para a isenção fiscal. A partir de então a política adotou critérios de pontuação na concessão de benefícios e facilidades, com os núcleos urbanos mais importantes do interior reunindo as maiores pontuações. Nesta nova proposta os municípios da RMF ganhavam poucos pontos, o que implicava em benefícios menores, e a instalação industrial na cidade de Fortaleza não garantia ponto nenhum, diminuindo a importância da capital para a atividade industrial.

Merece menção, no novo programa, o destaque dado ao município de São Gonçalo do Amarante, que, a despeito dos demais municípios da RMF, recebeu pontuação máxima na oferta de benefícios e facilidades para a atração industrial. Tal política considera o projeto de transformar o município no maior aglomerado industrial cearense, aproveitando a estrutura portuária e de

escoamento montada por recursos públicos, ao tentar legitimar a composição de um complexo Industrial e portuário e procurar definir um planejamento territorial específico para a organização produtiva estadual e metropolitana.

Mesmo sem um efeito industrial expressivo, a nova política vem garantindo a instalação de alguns investimentos nos municípios do interior do Estado, como pode ser confirmada pela ampliação de investimentos industriais em Sobral e no Crato e na abertura de importantes fábricas de calçados em municípios como Russas, Iguatu, Morada Nova, Itapagé, entre outros. Tal iniciativa surte algum efeito na distribuição da riqueza estadual, que sofre pequena tendência de desconcentração do PIB, diminuindo o percentual gerado pela RMF frente ao Estado, como mostra a tabela 2.

**Tabela 2: Produto Interno Bruto (PIB) no Ceará: % concentrado na RMF e nos demais municípios em 1997 e 2005**

Porções do Estado	PIB Total	
	1997	2005
RMF	64,2%	62,9%
Demais municípios do Estado	35,8%	37,1%

Fonte: IPECE.

Assim, considerando o aumento dos investimentos industriais no interior e o desenvolvimento de outras atividades importantes e geradoras de riquezas, a exemplo da agricultura irrigada voltada para exportação de frutas em regiões como o Baixo Jaguaribe, pela primeira vez em décadas, o Ceará passa a reverter um quadro de concentração expressiva de sua riqueza na área metropolitana. Apesar dos indicadores da tabela 2 ser reduzidos, em oito anos de crescimento econômico no Estado a tendência de distribuição relativa das riquezas geradas poderá ocasionar melhor repartição do excedente pelo território, mesmo que este se sustente numa base de acumulação instável e se dê a partir de uma política de benefícios de ampla vulnerabilidade, sujeita à volatilidade dos investimentos mundializantes e ligada aos rumos de competitividade da indústria brasileira produtora de bens tradicionais.

Infelizmente, por estes e outros motivos, apesar da inversão dos valores, os efeitos são reduzidos e nada aponta para uma redefinição em curto prazo da macrocefalia de Fortaleza. Enquanto isso, no âmbito industrial, mesmo com modificações na política econômica, o quadro de desconcentração é pouco provável, o que tornará a metrópole e sua região ainda por muito tempo o ambiente propício à intensificação dos ritmos da industrialização.

Mas é dentro desse perfil de adversidade, no qual está inserida grande parte dos municípios do interior do Ceará, que um caso especial deve ser enfatizado. Referimos-nos ao papel de Sobral dentro do novo processo de industrialização cearense e, sobretudo, da influência de um único grupo empresarial produtor de calçados na configuração territorial sobralense, o Grupo Grendene, instalado desde 1995 e responsável por expressivo impacto sócio-econômico no município e na região Norte do Estado, com profundas transformações na economia urbana e na organização socioespacial do distrito sede.

Sobral é um importante centro polarizador da região Norte do Ceará, assumindo essa função desde o século XIX, quando se estruturava como núcleo de drenagem e coleta dos produtos sertajenos e daqueles provenientes da serra da Meruoca e do planalto da Ibiapaba, nas porções norte e noroeste do Estado. Foi o comércio e, em menor escala, os serviços, as atividades a destacar tal centro como um dos mais importantes na articulação urbano-regional cearense, sobretudo por garantir a distribuição de produtos importados para o interior, tendo iniciado essa função desde o desenvolvimento das atividades ligadas a criação de gado e à produção de charque.

Posteriormente, após a ascensão do algodão como produto mais importante na geração de riquezas estaduais, o papel de centralidade exercido por Sobral só aumentou, confirmando a

organização do mercado local e reiterando a sua posição como núcleo de centralização de capitais no Norte do Estado. Sua área de influência direta, atualmente, abrange a região do litoral de Acaraú e Camocim, região da Ibiapaba e sertão centro-norte, as quais atende as demandas ligadas à saúde, à educação em nível médio e superior, ao comércio varejista e atacadista e aos serviços os mais variados, com destaque para a movimentação financeira e os serviços de comunicação, logística de transporte, entre outros (HOLANDA, 2007; SOUZA, 2004; COELHO, 2004).

A indústria sobralense nasceu no século XIX com o beneficiamento de produtos oriundos da criação de gado e do plantio de algodão. O excedente gerado pela cultura algodoeira, entretanto, foi o verdadeiro responsável por introduzir no município fábricas de fios e tecidos<sup>7</sup>, cuja produção geralmente se mostrava expressiva frente ao Estado e o contingente de operários recrutados para o trabalho na linha de produção era bastante relevante se comparado ao das demais fábricas cearenses da época. Também a indústria de óleo, extraído principalmente da oiticica e do caroço do algodão, se desenvolveu entre o final do século XIX e o começo do século XX, contribuindo para uma maior dinamização do quadro econômico regional e estruturando o território com equipamentos técnicos necessários para garantir o escoamento da produção, tais como ferrovias, portos, entre outros.

A partir da segunda metade do século XX Sobral já apresentava uma estrutura industrial diversificada, formada, em especial, por empresas de pequeno e médio porte, abrangendo muitos ramos, dentre os quais o de óleo vegetal, o de couro e peles, o de artesanato de palha e o têxtil. Com a intensificação dos incentivos federais objetivando a dinamização da economia industrial sobralense, resultado da política encabeçada pela SUDENE, o município deparou com a modernização dos ramos mais tradicionais e atraiu unidades produtivas de outros ramos, principalmente os de material de construção e de alimentos.

Porém, a partir da maior capacidade de Fortaleza em submeter os centros regionais do Estado ao seu controle político e econômico, fenômeno intensificado nas décadas de 1960 e 1970, a indústria sobralense perdeu sua expressão frente ao Estado, ocasionando, de certo modo, um enfraquecimento do papel de Sobral na rede urbana cearense, com reflexos negativos sobre a produção, o faturamento e a importância da indústria regional. Os anos de 1980 são os mais representativos desta fase de desaceleração, pois se considerarmos a quantidade de investimentos privados instalados no setor industrial, nenhum se apresentou com expressiva relevância.

Mas na segunda metade da década de 1990 todo esse quadro de retração industrial começa a ser redefinido. O crescimento da indústria de calçados sintéticos, resultado da política de atração conduzida pelo Governo do Estado e por representantes das elites locais, transforma a realidade industrial sobralense e a organização do quadro econômico urbano, afetando também os fluxos na cidade e a geração de emprego e renda. Tudo isso se dá em decorrência da instalação de várias unidades de produção de um único Grupo empresarial, o Grupo gaúcho Grendene S. A., que em 2005 alcança sozinho, 73% da produção cearense de calçados, sustentando a posição de maior empresa calçadista instalada no Nordeste brasileiro.

A chegada de um investimento de tamanha envergadura se deve à somatória dos incentivos estaduais com a oferta de outros muitos benefícios por parte do município, associado às vantagens oferecidas pelos baixos preços pagos aos trabalhadores na linha de produção e à facilidade de logística para atender o mercado europeu e norte-americano, uma das maiores metas da Grendene ao procurar expandir o seu mercado consumidor. Assim, em razão do alto porte e do interesse em atender outros mercados, a empresa estabelece fortes laços com compradores internacionais, sendo responsável por 50% das exportações cearenses de pares de calçados, aparecendo no ranking estadual com um valor de exportação acima de US\$ 50 milhões.

Além do mais, ao representar uma nova realidade para o mercado de trabalho na região, com a inserção de um grande número de trabalhadores no ritmo disciplinado e fordista da fábrica, a indústria calçadista estimulou o aumento de mais de 540% do emprego formal no município entre os

---

<sup>7</sup> Merece referência a empresa denominada Ernesto & Ribeiro, que em 1901 assumiu a liderança estadual na produção de fios de algodão (Almeida, 2008).

anos de 1993 e 2005, concentrando, somente neste último ano, 81,9% do número total de postos de trabalho (RAIS, 2006). Trata-se de uma ação pontual, mas completamente redefinidora do dinamismo econômico e urbano, pois os mais de 14 mil empregos diretamente criados pela empresa e os outros muitos serviços indiretamente estimulados pelas atividades produtivas alteram a velocidade dos ritmos numa cidade de porte médio como Sobral, reiterando o seu papel de centro polarizador da região Norte do Estado e ampliando o raio de abrangência de suas funções econômicas e culturais até para fora do Ceará, atingindo cidades do Piauí e do Maranhão.

No Distrito Sede do município, o processo produtivo da empresa encontra-se dividido em sete unidades de produção estrategicamente localizadas no território da cidade, resultando num intenso fluxo de pessoas e produtos, conferindo ao espaço urbano uma dinâmica sem precedentes. Observa-se um movimento de trabalhadores de proporção significativa, orientados pelo tempo da fábrica e cumprindo o trajeto casa/trabalho através dos mais diversos meios de transporte, geralmente de forma precária, amontoados em paus de arara, motos, bicicletas ou ônibus sucateados e superlotados. Se considerarmos a média de cinco mil trabalhadores por turno e a troca de expediente três vezes ao dia de todos estes trabalhadores, além do comércio e dos serviços informais instalados ao lado dos portões da fábrica da Grendene, é possível ter dimensão de algumas das transformações impostas às formas e aos fluxos do espaço urbano pela nova indústria calçadista sobralense.

Também o comércio local, com todas as suas lojas e as facilidades para garantir o consumo de bens duráveis e semiduráveis aos funcionários da indústria, representa alteração dos ritmos, da dinâmica econômica e dos valores impostos à sociedade sobralense, agora cada vez mais ligada ao tempo rápido da economia moderna e ao consumo consuptivo da mercadoria. As mudanças não são completas e, ao lado de equipamentos, produtos e serviços capitalistas, são consumidos ainda produtos regionais e serviços os mais modestos e precários, confirmando a contradição materializada no espaço urbano.

Este, por sinal, se torna produto e agente das mais diversas manifestações da ambigüidade capitalista numa cidade média do sertão pobre nordestino. Dinamizadas pela industrialização, as funções urbanas são distribuídas cada vez mais de maneira desigual e o resultado é a dispersão de diferentes atividades econômicas, culturais e sociais de maneira também diferenciada pelas zonas da cidade, incorrendo na formação de áreas segregadas e especializadas. O habitar, o consumir, o trabalhar e o usufruto da cidade em Sobral respeitam a fragmentação e a segregação que é característico de um espaço urbano constituído sob os ditames das relações capitalistas de produção e consumo. Na verdade, trata-se do acirramento da dinamização econômica e da divisão territorial do trabalho, num contexto onde a herança pobre da realidade semi-árida e periférica cearense insiste em permanecer e se fazer presente.

A dinâmica industrial no município de Sobral e, principalmente, a configuração de um centro de produção calçadista comandado por um só Grupo empresarial, na verdade, constitui-se um importante exemplo de como o uso do território a partir de determinados interesses corporativos tem o poder de redesenhar as relações de produção e consumo entre as diferentes parcelas do espaço, mesmo dentro de uma cidade de porte médio. *A priori*, marginalizado pela sua posição não-estratégica, se considerarmos os preceitos mais clássicos da localização industrial, Sobral, a partir de componentes que representam a síntese entre o sincrônico e o diacrônico no território (LIPIETZ, 1988), é símbolo hoje da moderna produção capitalista. Seu papel é de centralidade produtiva, haja vista sediar uma das maiores produções calçadistas do Brasil, mas, simultaneamente, responde aos interesses de agentes hegemônicos responsáveis por reconfigurarem os lugares ao sabor das conveniências da concorrência internacional. Está inserido enquanto agente do processo produtivo e, ao mesmo tempo, excluído dos poderes de comando inerentes às mutações econômicas contemporâneas. Desse modo, a despeito de sua inserção nos mercados que movimentam a ciranda flexível da reestruturação espacial e produtiva, sua capacidade de decidir sobre seus próprios rumos é praticamente nula. É, por fim, parafraseando Santos (1998; 1999; 2002), uma das melhores

representações de um lugar de reserva recentemente apreendido pelas necessidades corporativas do território mundializado.

## 5- Considerações

Na análise das transformações desencadeadas pela dinamização industrial da realidade urbana cearense, consideramos as evidências de que o acirramento da industrialização implica em transformações que suplantam as contigüidades espaciais, criando uma rede de fluxos responsáveis por novas noções de deslocamento, aproximação e funcionalidade.

A partir da chegada e consolidação de novos investimentos, é possível perceber, nos municípios onde a reestruturação econômica é mais presente, a ação mais intensa da lógica organizacional integradora dos setores da economia urbana. Assim, com a maior fluidez proporcionada pelos novos equipamentos, dinamizam-se os sistemas de transporte e de comunicação, intensificam-se as trocas e ampliam-se o comércio e os serviços, responsáveis cada vez mais pela reconfiguração do quadro de organização espacial. Trata-se da ação das forças capitalistas, que destinada a reproduzir a base técnica e a força de trabalho de seus agentes, remete à economia urbana um novo movimento, multiplicando o capital por meio de uma mais-valia que aumenta à medida que se amplia o consumo da mercadoria. Desse modo, Fortaleza e Sobral se impõem como centros que cada vez mais se destacam pela dinamização econômica, seja como cristalização de amplos investimentos em infra-estrutura, seja como alvo de maiores empreendimentos urbanos.

No que tange ao processo produtivo e à nova realidade do trabalho industrial consolidado nas áreas em estudo, é possível destacar um modelo de industrialização orientado por empresas que recrutam muita força de trabalho e que não cultivam uma relação de proximidade direta com o lugar, em que os principais ramos da produção industrial utilizam um procedimento mecanizado, no qual a maximização da produção se fundamenta em ganhos obtidos por economias de escala, com linhas de montagem definidas a partir de uma acentuada divisão do trabalho. Assim, dificilmente tais empresas abrem mão de um modelo de produção no qual todos os componentes do produto são desenvolvidos pela fábrica. Isso acaba revelando que o processo não indica uma reestruturação produtiva nos moldes dos novos métodos flexíveis de produtividade.

Mas se as empresas apresentam rigidez em sua linha de produção, o mesmo não pode ser dito dos diversos serviços que lhes garantem o pleno funcionamento da fábrica. Ao sair da discussão sobre o processo produtivo, deparamos com uma multiplicação das práticas de subcontratação, uma incorporação dos formatos flexíveis nos mais variados serviços requeridos por essas indústrias. É a prática da terceirização que, no consumo dos serviços, se impõe de forma quase generalizada.

Na organização das cidades cearenses, independentemente de tratar-se da metrópole Fortaleza ou da cidade média Sobral, esse processo de industrialização e a dispersão das funções urbanas sobre o território em áreas segregadas e especializadas gerou uma fragmentação do mercado de trabalho e uma segregação associada a uma dissociação crescente entre o lugar da residência e o lugar de trabalho. Tudo isso vem resultando na formação de territórios com limites incertos e um tecido urbano descontínuo, onde o padrão disperso, o uso contínuo do automóvel particular e as rendas individuais incorrem numa articulação de fluxos sem precedentes, alterando a clássica relação campo-cidade e implementando um modelo sócio-econômico materializado na forma de segregação espacial.

Na medida em que expressa crescimento econômico e redistribui uma gama de atividades, o processo redefine o consumo do território remetendo ao espaço urbano novas formas e dimensões. De um lado, materializam-se eixos de prosperidade imobiliária capitalista, a destacar zonas de centralidade empresarial e espaços de assentamento de alto *status*; de outro, malgrado aos avanços sofridos pela economia, cria-se uma significativa pressão migratória responsável por transformações

importantes no quadro socioespacial, pois, mais do que antes, os centros urbanos se caracterizam pela grande capacidade de atrair e concentrar uma população de baixa renda.

Assim, a demanda por terra urbanizada cresce, remetendo ao antigo ordenamento das cidades mudanças estruturais, as quais podem ser observadas pelo extravasamento dos limites urbanos tradicionais, pela elevação do custo do solo nas áreas beneficiadas com serviços públicos, pelo caráter seletivo do Estado na aplicação de reformas urbanas e pelo parcelamento mais intenso dos terrenos nas cidades. Desse processo decorre uma série de questões referentes à repartição dos direitos e dos custos sociais urbanos, em que se vê a multiplicação de carências dentre as quais poderiam ser destacadas a baixa qualidade da habitação, o desemprego, a insegurança urbana, entre outros.

Finalmente, no que tange aos vetores de expansão da dinamização industrial na realidade urbana cearense, três características poderiam ser apontadas:

1-Reconhecemos que a ação do capital industrial sobre o espaço urbano não se materializa sem antes lhe atribuir um papel de produtor e distribuidor das riquezas, uma imposição que facilita as possibilidades de circulação e consumo das mercadorias;

2-Observamos que a quantidade e diversidade de bens produzidos nas cidades vão se ampliando na medida em que o sistema industrial vai dominando com maior intensidade a esfera da produção e da circulação de mercadorias, com resultados sobre a infra-estrutura, os fluxos e o consumo;

3-Percebemos que, ao incorporar mudanças na estrutura produtiva e na organização do espaço urbano, as cidades, independentemente de se inserirem numa realidade metropolitana, redirecionam seus processos socioespaciais, revelando que as mudanças engendradas pela indústria atuam no sentido de afetar direta ou indiretamente o crescimento das riquezas e a contradição no espaço urbano, reestruturando componentes expressivos do quadro territorial, cada vez mais marcados pela acumulação de capital, pela desigualdade social e pela segregação urbana.

O processo acaba revelando uma expansão do sistema econômico em prejuízo da consolidação de uma urbanização mais justa e socialmente equitativa. Demonstra uma tendência à concentração de poder e renda e confirma que o avanço da industrialização sem uma proposta social bem definida, mesmo com grande crescimento econômico, não se mostra eficiente na superação dos grandes problemas humanitários modernos.

## 6- Referências bibliográficas

ALMEIDA, Diego Gadelha de. **Indústria, trabalho e reestruturação socioespacial: a inserção de Sobral na divisão espacial da produção capitalista**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará - UECE, 2009. (dissertação de mestrado).

AMORA, Zenilde Baima. **As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. (dissertação de mestrado).

\_\_\_\_\_. O espaço urbano cearense: breves considerações. In: AMORA, Zenilde Baima (organizadora). **O Ceará: enfoques geográficos**. Fortaleza: FUNECE, 1999.

\_\_\_\_\_. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; (organizadores). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

CAMAGNI, Roberto. **Economia Urbana**. Barcelona; Antoni Bosch, 2005.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

- COELHO, Modesto Siebra. Sobral, Ceará, Brazil. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; (organizadores). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.
- DINIZ, Clélio Campolina. A nova geografia econômica do Brasil. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Organizador). **Brasil 500 anos: futuro, presente, passado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **A questão metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- HARVEY, David. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- \_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).
- HOLANDA, Virgínia. **Modernização e espaços seletivos no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. (tese de doutorado).
- LENCIONI, Sandra. Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo. In: GONÇALVES, Maria Flora et alli (organizadores). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Unesp/AMPUR, 2003.
- LIMA, Luiz Cruz. A industrialização recente do Ceará: uma introdução. In: **Experimental**. São Paulo, 3: 101-116, 1997.
- LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.
- MOREIRA, Ruy. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, Rogério e MOREIRA, Ruy (organizadores). **Brasil, século XXI – por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.
- PEREIRA, William Eufrásio Nunes. SILVA, Marconi Gomes da. O crescimento do emprego formal nas metrópoles nordestinas. In: JÚNIOR MACAMBIRA. **O mercado de trabalho formal no Brasil**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.
- PEREIRA JÚNIOR, Edilson. **Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE)**. Fortaleza: Eduece, 2005.
- PIQUET, Rosélia. A indústria metropolitana no Brasil muda de lugar e emprega menos. In: **Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2002.
- RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS. **Base de dados estatísticos**. Brasília: RAIS, 2006. CD-ROM.
- REDES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES – REGIC 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; ADÉLIA, Maria; SILVEIRA, Maria LAURA (organizadores). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- \_\_\_\_\_. Guerra dos lugares. in: **O país distorcido – o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SILVA, José Borzacchiello da. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.
- SOUZA, Maria Salete de. Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; (organizadores). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.
- SPOSITO, Eliseu Savério. Dinâmica econômica, fluxos e eixos de desenvolvimento. Avaliação da construção de uma temática. In: SPOSITO, Eliseu Savério. **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GASPERR, 2005.
- \_\_\_\_\_. Mercado de trabalho no Brasil e no Estado de São Paulo. in: SPOSITO, Eliseu Savério. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. SOBARZO, Oscar. **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.